

# A crise recente do mercado de trabalho brasileiro

Vinicius Gaspar Garcia<sup>1</sup>

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo a discussão sobre a deterioração do mercado de trabalho brasileiro ocorrida na década de 90, processo que já vinha em curso desde o início dos anos 80, quando foram registrados aumentos nos índices de desemprego aberto (relação entre o número de desempregados e a população economicamente ativa). Porém, na última década, agrava-se o problema da falta de emprego – com taxas não só altas como recordes nas principais capitais brasileiras – e soma-se a isso a acentuada precarização das condições e das relações de trabalho. Tal movimento duplo, ou seja, o aumento do desemprego e o avanço da precarização, é que chamamos de deterioração do mercado de trabalho.

Serão apresentados dados nesse artigo que, independentemente da metodologia utilizada, comprovam as elevadas taxas de desemprego observadas no país na última década. Além disso, será possível verificar o aumento significativo das formas de ocupação precárias dado o crescimento do chamado “mercado informal”.

Ao longo do artigo iremos traçar um paralelo entre a crise do mercado de trabalho e as taxas de crescimento da economia brasileira. Há uma clara relação entre essas variáveis, isto é, entre o aumento do desemprego/precarização e o nível de atividade econômica. Tal situação é, inclusive, previsível, uma vez que, com o aumento do PIB e a expansão do nível de atividade econômica, é de se esperar que cresça a geração de empregos na economia. O pífio desempenho de nossa economia nos anos 90, no que se refere

---

(1) Graduando – 3º ano (Unicamp. Instituto de Economia).

ao crescimento do PIB, pode ser apontado como a **causa básica** da deterioração do mercado de trabalho brasileiro (Mattoso, 1999).

As taxas de crescimento estiveram, por sua vez, condicionadas à adoção de um ideário neoliberal de política econômica, ideário esse que preconiza como indispensáveis políticas como a abertura comercial e financeira da economia. Assim sendo, num primeiro momento, faremos uma exposição a respeito dos aspectos centrais dessas reformas, as quais constituíram uma tentativa de reordenação do sistema econômico nacional (Carneiro, 2000). Como estas políticas liberais foram implementadas num contexto de globalização financeira, faremos também um apontamento dos aspectos chaves desse processo.

Em seguida, como já foi colocado, iremos apresentar dados que ilustram a “redução” do mercado de trabalho e a piora da sua “qualidade”. Ao longo dos anos 90, o trabalhador brasileiro deparou-se com um mercado cada vez “*menor e pior*”. Além da descrição acerca desse processo de deterioração, procuraremos identificar as opções políticas e econômicas que contribuíram para esse quadro. Rejeitaremos, portanto, a idéia que relaciona, de forma simples e direta, a crise do trabalho com as reformulações tecnológicas dos últimos anos, quase que aceitando este processo como algo natural e inevitável.

Na parte final serão retomados alguns pontos essenciais da argumentação, de modo a enfatizá-los. É importante destacar que a discussão a ser feita não pretende apontar tendências relativas ao comportamento do mercado de trabalho, mas sim retratar o período em questão, sugerindo hipóteses acerca das transformações ocorridas. Cabe ainda ressaltar que, ao longo desse artigo, estaremos baseados no paradigma da regulação do capitalismo e seus mercados, entendendo que, somente assim, a reprodução dos problemas sociais inerentes a este sistema pode ser controlada.

### **As reformas liberais e suas implicações**

Para fazermos a análise a respeito das reformas liberais, partiremos do pressuposto de que o cenário externo condiciona, em grande medida, o desempenho da economia brasileira. Nosso objetivo é demonstrar como dois

preços chaves na determinação do nível de atividade econômica – os juros e o câmbio – são fortemente afetados pelas características da globalização econômica-financeira e pelas reformas implementadas dentro desse contexto liberal.

O sistema monetário internacional, como veremos a seguir, é hierarquizado. Podemos dividi-lo (de acordo com a verificação ortográfica o correto é dividi-lo, sem acento) em três categorias de moeda: a moeda reserva (dólar), as moedas conversíveis (países centrais) e as moedas não-conversíveis (países periféricos). É no âmbito da moeda central que se define a taxa de juros que será a referência para os demais países. Essa é uma taxa baixa, já que não há necessidade de uma grande remuneração ao capital, que “obviamente” busca a moeda mais estável.

Do núcleo para fora do sistema, ou seja, à medida que as moedas vão se tornando menos seguras, as taxas de juros se elevam. Fica clara a definição de uma regra para formação das taxas de juros que é prejudicial aos países da periferia. “A taxa de juros fora do núcleo é sempre a taxa paga pela moeda central, acrescida de um *risco país*” (Carneiro, 2000: 14).

O mais grave é que, dada a grande mobilidade de capitais (característica da globalização financeira), os países da periferia são obrigados a aceitar essa regra de formação das taxas de juros. Se decidirem fixar uma taxa abaixo daquela esperada pelo mercado, haverá paralisação dos influxos e, em seguida, fuga de capitais. É evidente, portanto, a importância do ambiente internacional no desempenho da economia brasileira, já que a taxa de juros é um preço chave na economia, pois é um dos determinantes essenciais do nível de atividade e do crescimento do produto.

Ao longo da última década, a América Latina é reincorporada a esse circuito estabelecido pelo mercado de capitais. Os fluxos que se direcionam à periferia são quase que exclusivamente privados, caracterizados pela alta volatilidade e grande sensibilidade às crises. É importante destacar que os fluxos de capitais aos países ditos emergentes resultaram em valorização real do câmbio, o que trouxe sérias implicações à balança comercial desses países, dadas as maiores possibilidades de importação e as dificuldades de exportação.

Pode-se dizer, assim, que as características principais da globalização financeira, como a liberalização dos mercados e a mobilidade dos capitais, influem diretamente no desempenho econômico dos países participantes desse processo. Há uma regra para determinação das taxas de juros, que faz com que os países da periferia tenham que manter uma alta remuneração para os capitais. Os juros altos limitam o nível de atividade econômica, uma vez que o crédito é caro tanto para consumidores quanto para as empresas. Além disso, a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada, estratégia utilizada no Plano Real para o controle da inflação,<sup>2</sup> trouxe um aumento expressivo das importações, criando sérias restrições à indústria nacional.

Os processos de abertura comercial e privatizações, por sua vez, constituíram iniciativas que visaram implementar uma nova forma de crescimento para economia brasileira, substituindo o chamado *desenvolvimentismo*. Este último, que, de grosso modo, prevaleceu de 1930 até a segunda metade dos anos 70, baseou-se no modelo de substituição das importações, com presença estatal importante na economia.

A visão neoliberal defende a tese de que essa estratégia seria responsável pela crescente perda de dinamismo das economias latino-americanas. A crítica fundamental a esse modelo é a incapacidade em se manter o ritmo de incorporação do progresso técnico e do aumento da produtividade. O problema apontado é a falta de eficiência econômica, gerada pela burocratização das atividades produtivas. A razão que explicaria isso, segundo a corrente neoliberal, seria a ausência de concorrência decorrente da elevada proteção tarifária e do excesso de regulação ou presença estatal.

O novo modelo proposto teria na concorrência seu motor primordial. A abertura comercial seria posta em prática com o rebaixamento das tarifas, permitindo a entrada de novos produtores no mercado. A privatização faria com que tivéssemos uma gestão mais eficiente em vários setores produtivos, além da eliminação de monopólios.

---

(2) O Plano Real é um programa de estabilização da “família” dos planos de ancoragem cambial, ou seja, procura-se estabilizar o valor interno da moeda a partir da fixação do valor externo. No caso brasileiro, a moeda nacional é atrelada ao dólar norte-americano.

Esse novo paradigma de crescimento pressupunha que a abertura comercial seria uma “via de mão-dupla”, isto é, paralelamente a uma maior concorrência interna, haveria a possibilidade de um acesso mais fácil aos mercados externos, com um ganho de competitividade dos produtos brasileiros decorrente do aumento da produtividade. Entretanto, na prática isso não ocorreu; há um significativo aumento das importações sem o correspondente crescimento das exportações.

A constatação anterior está amparada nos dados que mostram os coeficientes de penetração (importações÷produção nacional) e abertura (exportações÷produção nacional) da economia brasileira ao longo dos anos 90 (Ver Tabela 1).

Tabela 1  
Coeficientes de penetração e abertura da indústria brasileira

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
	Em %								
<b>Coeficientes de penetração</b>									
Bens de consumo não-duráveis	2,8	3,8	3,1	3,4	4,2	7,0	6,7	7,7	7,9
Bens de consumo duráveis	8,9	12,3	10,1	11,2	12,2	17,5	19,5	26,6	29,3
Bens intermediários elaborados	6,1	8,0	8,1	9,6	11,8	16,9	18,0	20,4	21,9
Bens intermediários	2,7	4,6	5,3	8,6	7,1	10,0	11,5	12,5	10,5
Bens de capital	19,8	33,3	26,8	27,2	33,2	54,0	71,5	94,0	100,3
Equipamento de Transporte	3,0	5,6	5,9	8,4	11,4	15,8	13,2	17,0	23,2
Total da Indústria	5,7	7,8	7,4	8,9	10,4	15,5	16,3	19,4	20,3
<b>Coeficientes de abertura</b>									
Bens de consumo não-duráveis	7,9	16,6	10,4	10,2	9,2	10,3	10,4	10,2	10,7
Bens de consumo duráveis	12,7	14,9	17,7	14,8	13,2	12,3	14,3	19,8	32,7
Bens intermediários elaborados	10,1	8,5	15,9	14,7	15,1	16,8	16,9	16,6	16,5
Bens intermediários	7,0	14,7	10,0	10,6	11,8	12,5	10,6	10,4	10,1
Bens de capital	7,7	15,7	13,6	13,1	14,5	15,3	18,9	22,6	24,2
Equipamento de transporte	10,5	12,3	17,1	14,4	12,5	9,6	11,1	14,3	20,4
Total da Indústria	8,8	12,3	13,3	12,5	12,2	12,7	13,0	13,7	14,8

Fonte: Carneiro (2000: 80).

O que podemos concluir dos dados apresentados é que, considerado o total da indústria brasileira, a variação no coeficiente de penetração (14,6 pontos percentuais), que mede as importações comparadas à produção interna, é maior do que o dobro da variação obtida no coeficiente de abertura (6,0 pontos percentuais), no período que vai de 1990 a 1998. Assim sendo, a abertura comercial não levou a um aumento das exportações decorrente do ganho de competitividade dos produtos nacionais.

Além disso, as importações provocaram a quebra de cadeias produtivas internas em setores importantes da economia. No setor de bens de capital, por exemplo, tínhamos um índice de penetração da ordem de 20% em 1990. Este valor sobe para mais de 100% em 1998, evidenciando o incremento expressivo das importações, que acabaram tornando-se equivalentes ao produzido internamente nesse setor.

Quando se avalia o saldo comercial brasileiro (ver tabela 2), em função dessas mudanças na estrutura produtiva, de 1993 a 1998, o que se verifica é a redução de um superávit de cerca de US\$ 13 bilhões para um déficit de aproximadamente US\$ 6 bilhões. Ou seja, a economia brasileira perdeu um mercado equivalente a US\$ 19 bilhões. Houve queda da taxa de comércio em todos os setores, sem exceção. Os dados a seguir ilustram o resultado das importações e exportações brasileiras de 1989 a 1998, bem como o saldo da balança comercial no período.

Tabela 2  
Balança Comercial Brasileira  
(Valores em US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1989	34 283	18 263	16 120
1990	31 414	20 661	10 753
1991	31 620	21 041	10 579
1992	35 793	20 554	15 239
1993	38 563	25 256	13 307
1994	43 545	33 079	10 4 66
1995	46 506	49 858	- 3 352
1996	47 747	53 286	- 5 539
1997	52 986	61 358	- 8 372
1998	52 700	59 000	- 6 300

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em relação à estrutura da propriedade, o Estado teve seu papel redefinido através das privatizações. Este processo e as fusões e aquisições alteraram muito a estrutura de propriedade das empresas no Brasil, caracterizando um movimento de desnacionalização. As fusões e aquisições concentraram-se nos setores de bens *non tradables*, como telecomunicações e energia elétrica. Além de não se tratar de um setor exportador, a presença das filiais estrangeiras fez com que os coeficientes de importação aumentassem por trazerem consigo insumos importados, ou seja, por estarem atreladas aos seus fornecedores estrangeiros. A configuração antes alicerçada no tripé – empresa estatal, empresa multinacional e empresa nacional privada – foi substituída por uma estrutura com peso na grande empresa estrangeira, estrutura essa incapaz de dotar o Brasil de significativas taxas de crescimento.

O resultado da combinação desses fatores – abertura comercial indiscriminada e abertura financeira – é a limitação do potencial de crescimento econômico do país. Dada a regressão produtiva, nosso crescimento ficou atrelado às importações. Caso ocorra um incremento dessas, a situação do nosso balanço de transações correntes, que já está afetado pelo pagamento dos juros, fica ainda pior. É nesse contexto econômico, que reflete as opções políticas liberais e conservadoras, que analisaremos a crise do mercado de trabalho no Brasil nos anos 90.

### **A deterioração do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90**

Antes da discussão relativa à crise da última década, julgamos relevante uma breve exposição a respeito da situação observada nos anos 80. Assim sendo, será possível a comparação entre os dois períodos, de modo a se verificar como o processo de crise no mercado de trabalho inicia-se na “década perdida” dos 80 e se agrava nos anos 90, a partir da efetivação das reformas liberais.

No início dos anos 80, a economia brasileira entra numa fase em que o desempenho da balança comercial passa a ser decisivo para o cumprimento dos objetivos estabelecidos para nossa política econômica. Com a moratória mexicana, em 1982, há o rompimento temporário dos créditos aos países da periferia. De maneira restrita, este movimento só é retomado a partir da mediação que existiu por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre

os países da América Latina e os bancos credores internacionais. Esse acordo com o FMI tratava-se do chamado ajuste exportador, através do qual a maioria das economias endividadas da América Latina passou a gerar excedentes exportáveis. Assim sendo, essas economias obtiveram seguidos superávits na balança comercial, o que permitiu o pagamento de parte dos serviços de suas dívidas bem como renegociá-las com a banca credora internacional (Cano, 1998).

O ajuste proposto pelo FMI esteve baseado numa visão segundo a qual os desequilíbrios na economia brasileira ocorriam em função do excesso de demanda. Seria então necessária a adoção de políticas restritivas, de modo a diminuir o nível da atividade econômica. Isso faria com que houvesse menos importações e, como foi colocado acima, o país poderia exportar e obter os saldos positivos que viabilizariam o pagamento do serviço da dívida externa. De fato isso ocorreu, porém os saldos comerciais só foram obtidos com uma forte recessão interna, num contexto de inflação altíssima, o que agravou a situação social de grande parte da população.

É nesse momento que, pela primeira vez, se verifica a ocorrência de desemprego aberto significativo na economia brasileira (de acordo com o IBGE, essa taxa subiu de 3% em 1980 para 8% em 1983). O crescimento do PIB foi muito baixo, havendo inclusive queda do produto real, fato inédito na história brasileira desde 1930. Os dados a seguir mostram que houve redução real do PIB em três anos da década de 80.

Tabela 3  
Taxa de crescimento do PIB real (%)  
Brasil – Década de 80

Anos	Em % Taxa de crescimento do PIB
1980	9,1
1981	-3,4
1982	0,9
1983	-2,5
1984	5,7
1985	8,3
1986	7,5
1987	3,5
1988	-0,1
1989	3,2

Fonte: Banco Central do Brasil.

Como resultado desse crescimento econômico muito baixo, tivemos, além da elevação da taxa de desemprego aberto (que ultrapassou os 7% da PEA em 1981 e 1984, segundo dados do IBGE), o aumento das formas de ocupação não-formais e dos trabalhadores por conta própria, evidenciando assim uma insuficiência na geração de empregos nas áreas urbanas (Mattoso & Baltar, 1997). Verificamos que, ao final dos anos 80, se considerarmos as oportunidades ocupacionais não-agrícolas, os empregos não-formais já são 24,1% do total, enquanto que os trabalhadores por conta própria são 19,1% (PNAD, 1989).<sup>3</sup>

Já na década de 80, portanto, inicia-se o processo de deterioração no mercado de trabalho brasileiro, com o aumento do desemprego e da precariedade. Esse processo só não foi mais acentuado em razão da preservação da estrutura produtiva nacional, que estava protegida da concorrência internacional.

Nos anos 90, como veremos a seguir, a situação se agrava, pois o medíocre crescimento econômico se dá em meio a reformas liberais que expõem de maneira indiscriminada a economia brasileira, aumentando sua vulnerabilidade e debilitando seu potencial de crescimento.

Como apontam os professores Jorge Mattoso e Paulo Baltar (1997: 294):

“A abertura comercial indiscriminada, a ausência de uma política capaz de orientar a reestruturação das indústrias afetadas pela competição internacional, a valorização da moeda nacional e as altas taxas de juros estão modificando a estrutura da economia brasileira e reduzindo sua capacidade de geração de oportunidades ocupacionais”.

Assim sendo, é uma combinação de fatores que explica a deterioração das relações de trabalho no Brasil. As reformas acima citadas, em particular a abertura comercial, aliadas às políticas econômicas neoliberais, como a prática de juros altos para atrair capitais e a valorização “artificial” da moeda nacional, representam, assim, as **causas básicas** dos problemas relacionados ao aumento do desemprego e da precariedade das ocupações no país ao longo dos anos 90.

---

(3) Dados obtidos na página do IBGE na Internet <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

A ocorrência desses fenômenos não é isolada e restrita a determinados setores ou regiões do país; trata-se de um problema nacional (Mattoso, 1999). É verdade que os desequilíbrios regionais e setoriais já existentes podem fazer com que tais fenômenos sejam mais ou menos intensos, porém a preocupação com o desemprego é marcante e significativa para boa parte da população brasileira.

As taxas de variação real e anual do PIB nos anos 90, mostradas a seguir, comprovam aquilo que vem sendo repetidamente afirmado nesse artigo: o pífio crescimento econômico da economia brasileira nesse período. Os dados mostram também a variação ainda pior do PIB per capita, que incorpora o crescimento populacional.

Tabela 4  
Taxas de crescimento do PIB real por setor, total e per capita  
Brasil – 1990/98

Anos	Em %				
	Total	Indústria	Serviços	Agricultura	Per Capita
1990	-4,35	-8,18	-0,76	-3,72	-5,5
1991	1,03	0,26	1,96	1,37	-0,6
1992	-0,54	-4,22	1,52	4,89	-2,1
1993	4,92	7,01	3,21	-0,07	3,4
1994	5,85	6,73	4,73	5,45	4,3
1995	4,22	1,91	4,48	4,08	2,8
1996	2,76	3,73	1,87	4,06	1,3
1997	3,68	5,52	1,24	2,69	2,3
1998	0,15	-0,98	0,75	0,36	-1,2

Fonte: Mattoso (1999: 30).

Na última década, além da retração da atividade econômica, há diminuição na estrutura produtiva existente, com a desestruturação de alguns setores industriais nacionais. Um exemplo que pode ser usado para mostrar essa situação é o fechamento de várias fábricas que atuavam no setor têxtil na cidade de Americana, região de Campinas. Expostas à concorrência internacional, que conseguia produzir com custos muito mais baixos de mão-de-obra, as empresas acabaram fechando e demitindo funcionários.

Em relação ao crescimento do desemprego, tanto os dados do IBGE quanto da Fundação SEADE, ilustram o aumento expressivo.

Tabela 5  
Taxas de desemprego  
Brasil e São Paulo – 1989/99

	Em %				
Tipo de desemprego	1989	1990	1991	1992	1993
Aberto Brasil (IBGE)	3,4	4,3	4,8	5,8	5,3
Total São Paulo (DIESE)	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6

Continua...

Tabela 5 – Continuação

Tipo de desemprego	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Aberto Brasil (IBGE)	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,8
Total São Paulo (DIESE)	14,2	13,2	15,1	16,0	18,3	19,5

Fonte: PED/SEADE-DIESE; PME/IBGE.

Se fizermos uma comparação entre essa tabela e os dados relativos à evolução do PIB, percebemos que há certa relação. De 1994 a 1996, por exemplo, quando a economia brasileira se expandiu a partir do *boom* de consumo que se seguiu ao Plano Real, há, inclusive, queda na taxa de desemprego de 1994 para 1995. É em 1994 que o PIB apresenta seu melhor desempenho na década (5,85%). Porém, é interessante frisarmos que, mesmo com a recuperação econômica nesses 3 anos, o nível de emprego não voltou aos patamares observados ao final dos anos 80. A taxa de desemprego aberto no final de 1996 é dois pontos percentuais maior do que a de 1989; enquanto que, na região metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego total medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é substancialmente maior em 1996 do que em 1989.

Além disso, o crescimento econômico de meados da década não foi sustentado, já que a partir de 1997 há reversão na tendência ascendente do aumento do PIB, implicando elevação acentuada das taxas de desemprego.

Gostaríamos de ressaltar também os dados relativos ao crescimento do que a Fundação SEADE chama de desemprego oculto. O crescimento das taxas de desemprego oculto pelo trabalho precário e desalento,<sup>4</sup> evidenciam o problema de maneira mais completa e geral do que o levantamento feito pelo IBGE, uma vez que o conceito de desemprego utilizado é mais amplo. Os dados a seguir foram obtidos na PED da Fundação SEADE:

Tabela 6  
PED – Região Metropolitana de São Paulo  
Variação (%)

Tipo de desemprego	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,3	19,5
Aberto	6,5	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9,0	10,0	10,3	11,7	12,3
Oculto	2,2	2,9	3,8	6,0	6,0	5,3	4,2	5,1	5,7	6,6	7,2
Pelo trabalho											
precário	1,5	2,0	2,9	4,6	4,7	4,0	3,3	3,8	4,2	4,6	4,9
Pelo desalento	0,7	0,9	0,9	1,4	1,3	1,3	0,9	1,3	1,5	1,9	1,2

Fonte: PED/SEADE-DIEESE.

O processo de aumento do contingente de trabalhadores sem emprego tem características peculiares nos anos 90, uma vez que “o desemprego cresceu relativamente mais entre os homens, de mais idade (40 anos ou mais), cônjuges e para os de maior escolaridade” (Mattoso, 1999: 14). Estes dados refutam a argumentação do governo de que se deve atribuir o aumento do desemprego à desqualificação do trabalhador. Um outro dado significativo da peculiaridade do período recente é o crescimento do desemprego médio, que era de 15 semanas em 1989, passando para 38 semanas em 1998 e 40 semanas nos primeiros meses de 1999.

---

(4) As definições da Fundação SEADE <[www.seade.org.br](http://www.seade.org.br)> e do DIEESE para desemprego aberto, desemprego oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento são as seguintes:

a) **Desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos últimos dias.

b) **Desemprego oculto pelo trabalho precário:** pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste.

c) **Desemprego oculto pelo desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

O desemprego é a “*ponta de um imenso iceberg*” (Mattoso, 1999: 15), cuja parte menos visível é a profunda deterioração das condições e relações de trabalho,<sup>5</sup> “convertida em virtude pelo discurso oficial ou oficioso de economistas e consultores” (Mattoso, 1999: 15). Estas condições de trabalho tornaram-se cada vez mais informais, precárias, com trabalhos descontínuos, de curta duração e sem contribuição para Previdência.

A “diminuição” do mercado formal de trabalho, “aquele regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais que garantem proteção ao trabalhador, tais como a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego” (Mattoso, 1999: 16), é marcante nos últimos anos. Segundo pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, atualmente mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade.

Já uma análise da distribuição dos ocupados por posição na ocupação revela, comparando os anos de 1989 e 1999, o crescimento substancial dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria, com a diminuição dos assalariados com carteira, dada a incapacidade da economia brasileira em gerar empregos formais nos últimos anos:

Tabela 7  
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação  
Total das Regiões Metropolitanas

	Em %	
	Dezembro – 1989	Junho – 1999
Assalariados com carteira	59,5	44,7
Assalariados sem carteira	18,4	26,9
Conta Própria	17,7	23,5
Empregadores	4,4	4,9

Fonte: Mattoso (1999: 15).

(5) Jorge Mattoso (1999) assim define esses processos:

– **Precarização das condições de trabalho** – “aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria”.

– **Precarização das relações de trabalho** – “processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais”.

Em síntese, os anos 90 representam uma fase de expressiva deterioração do mercado de trabalho brasileiro. É verdade que, no momento atual, há certa recuperação do emprego e do crescimento econômico;<sup>6</sup> resta saber se esse processo vai ser duradouro. Mas o fato é que o desemprego e a informalidade atingiram parcela significativa de nossa população no período recente. Procuramos demonstrar que a ocorrência desses fenômenos deve-se, em grande medida, ao baixo crescimento econômico da última década. A taxa de investimento manteve-se relativamente estável no período (caiu se compararmos a observada em 1980 com a de 1998),<sup>7</sup> refletindo um quadro de estagnação econômica, com o fechamento de indústrias e rompimento das cadeias produtivas. Esse processo foi agravado com a desestruturação produtiva ocorrida no país, que por sua vez está intimamente ligada à efetivação de uma abertura comercial indiscriminada.

As políticas neoliberais conservadoras são, assim, responsáveis por boa parte dos problemas enfrentados pela população brasileira. O agravamento da crise no mercado de trabalho tem como consequência óbvia a crescente exclusão social e a elevação dos níveis de desigualdade.

## **Conclusões**

Ao longo desse artigo, discutimos as questões ligadas ao mercado de trabalho brasileiro tendo em mente que os problemas relativos a essa área referem-se a uma importante dimensão da crise social que existe no país. Essa crise se expressa nos indicadores que apontam para uma crescente exclusão social, com o aumento da concentração de renda.

Vivemos num país extremamente injusto, onde a maior parte da riqueza está nas mãos de uma parcela muito pequena da população. Um contingente

---

(6) A previsão do Banco Central é de uma taxa de crescimento de 4% do PIB para 2001. Em função de problemas como a instabilidade da Argentina e a crise no setor energético, esse valor deve ser menor. Mesmo assim, não se espera que voltemos ao patamar recessivo observado em 1998/99.

(7) De acordo com dados de Conjuntura Econômica (maio 1999), a taxa de investimento (em % do PIB) foi de 23,6% em 1980 para 17,4% em 1998.

expressivo de pessoas possui condições precárias de sobrevivência, sem acesso adequado a direitos básicos, como educação e saúde. Isso posto, no nosso entendimento, atribuir a essas pessoas a responsabilidade e a culpa pelos problemas que existem no mercado de trabalho – qualificando-as como despreparadas – seria cometer mais uma injustiça.<sup>8</sup>

Procuramos então enfatizar a contribuição decisiva de uma orientação política-econômica neoliberal para a deterioração do mercado de trabalho e agravamento da crise social. Discordamos, assim, da visão que postula a melhor qualificação do trabalhador como receita única para a crise. É evidente que isso é necessário, o acesso a uma educação de melhor qualidade é fundamental. Mas essa é uma política insuficiente, pois é preciso que se recupere o dinamismo econômico e que haja crescimento sustentado para absorção dessa mão-de-obra.

Com essa visão geral, concluímos, na parte inicial desse artigo, que o processo de liberalização econômica, dada a forma pela qual o Brasil nele inseriu-se, impôs restrições à nossa autonomia e barreiras ao crescimento econômico. De um lado, a abertura financeira aumentou nossa vulnerabilidade externa, uma vez que a adoção de um regime de livre movimentação de capitais esteve acompanhada de uma política de juros altos para atrair esses capitais. A prática de taxas de juros elevadas foi um dos fatores responsáveis pelo baixo crescimento, pois o nível de atividade econômica, dado o encarecimento do crédito, foi limitado. A abertura comercial, por sua vez, expôs a indústria nacional de maneira indiscriminada à concorrência internacional. A nosso ver, deveria ter sido adotada uma política de preservação de segmentos estratégicos da indústria nacional, com o objetivo de manter milhares de postos de trabalho. A forma pela qual se deu a abertura penalizou setores industriais que poderiam ter sido preservados, ocasionando demissões em massa e conseqüente aumento da crise social.

---

(8) A argumentação de que o problema do desemprego está diretamente ligado à desqualificação do trabalhador é característica da visão neoliberal. Tal visão postula que, dada a maior competitividade do “mundo globalizado”, além das diferentes oportunidades de alocação de recursos, as empresas buscarão investir em capital humano “de melhor qualidade”, sendo que aqueles trabalhadores desqualificados estariam excluídos do mercado de trabalho. Na prática, porém, assistimos uma busca mais intensa por recursos humanos mais baratos do que qualificados, em particular nos países da periferia capitalista.

A partir dessas constatações, foi possível aprofundar o debate acerca da deterioração no mercado de trabalho no Brasil ao longo dos anos 90. Essa foi caracterizada pelo aumento das taxas de desemprego e a expansão das formas de ocupação precárias. Dados obtidos junto a fontes oficiais comprovaram esses fenômenos, sendo que foi possível notar um agravamento do problema a partir de meados da década.

Traçando um paralelo entre o crescimento econômico e a taxa de desemprego, percebemos a relação significativa que existe entre esses processos. Porém, não se pode defender uma relação direta entre uma coisa e outra. Isso porque existem outros fatores que determinam o desemprego, como a reestruturação produtiva. Além disso, é necessário avaliarmos o “*tipo*” de crescimento que está ocorrendo, através de questionamentos como: se ele é duradouro, se está fundamentado em projetos nacionais de desenvolvimento e qual o grau de dependência em relação à conjuntura internacional.

O fato é que, durante os anos 90, o crescimento do país foi muito baixo, equivalente ao verificado na “*década perdida*” dos 80, não considerando aqui os dados relativos a 2000. E o que agravou o problema do desemprego e da precariedade foi que esse fraco desempenho da economia se deu em meio às reformas liberais, sendo, ao mesmo tempo, condicionado por elas. Em outras palavras, a opção política liberal-conservadora, posta em prática através dos movimentos de abertura, sacrificou o potencial de crescimento da economia brasileira. É verdade que mantivemos a estabilidade monetária, mas, ao contrário do discurso do governo, mais uma vez as classes populares foram penalizadas.

Entretanto, em que pesem as dificuldades apontadas, os caminhos existem. Ao nosso ver, é necessária a elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento, o que depende de uma mudança na orientação político-econômica. Cabe aos defensores dessa proposta enriquecer suas formulações e apresentá-las, de modo coerente e claro, à sociedade brasileira. Concluímos que, somente com essa transição na esfera político-econômica, será viável a construção de relações de trabalho mais democráticas e, mais do que isso, a construção de uma sociedade verdadeiramente justa em nosso país.

## **Bibliografia básica**

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: BÓRON, A., SADER, E. *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CANO, W. Políticas econômicas e de ajuste na América Latina. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas, SP: Unicamp. Instituto de Economia. CESIT, 1998.
- CARNEIRO, R. *Reformas liberais, estabilidade e estagnação* (A economia brasileira na década de 90). Campinas, SP: Unicamp. Instituto de Economia, 2000.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. Conseqüências do neoliberalismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, 1992.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- \_\_\_\_\_. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. et al. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- \_\_\_\_\_, BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. In: DESAFIOS de um país em transformação. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1997.